

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social de Londrina – CMAS, do dia 23 de outubro de 2012.

Local: Sala de Reuniões do CREAS 3, sito a Rua Rio de Janeiro nº 1288- Centro

Data: 23 de outubro de 2012, terça-feira.

1 Aos vinte e três dias do mês de outubro de dois mil e doze, com primeira convocação
2 às oito horas, e na segunda convocação às oito horas e quarenta e sete minutos na sala
3 de reuniões do CREAS 3, situado na Rua Rio de Janeiro nº. 1288 – Centro, teve início a
4 Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS Biênio 2011-
5 2013. Estavam presentes os **Conselheiros Titulares Governamentais:** Claudia Maria
6 Líbano Cal Tavares, Maria Inês Louro, Neusa Harumi Tiba, Ednadi Silva Pereira Biliatto,
7 Simoni Michele de Oliveira Schibelsky, Cirlene Maria Ferreira Fonseca, Aurélio Caetano
8 da Silva, Denise Galhardi Motter, Jeane Tramontini Zanluchi, Lucimar Rodrigues da
9 Silva, Salete Ieda Domingues, **Ausência Justificada:** Célia Ap^a da Silva Andrade
10 Tomaszewski. **Conselheiros Titulares da Sociedade Civil Organizada:** Silvia Helena
11 da Silva, Viviane Tamihe Kawasaki, Mariana Barros de Oliveira, Maria de Fátima dos
12 Santos Reale Prado, Sueli Aparecida Lourenço, Joana Darc Alves, Almezino Alves de
13 Souza, Ordália de Fátima Braganholi Ferreira, Jaqueline Francis Marcos, Carla
14 Mancebo Esteves, Regina Elizabeth Russo Humming. **Ausência Justificada:** Maria
15 Vany Souza da Costa Neves. **Registraram Presença:** Sara Alexius-SMAS/CRAS
16 Leste, Rosana C. Barbosa-Epesmel(estagiária), Tatiane da S. Prado-CRAS Centro
17 A(Adefil), Joseane Ap. Dias-Casa Acolhedora, Ângelo Pamplona da Costa-Lara Anália
18 Franco, Luis Alberto M. Gomes-SMAS, Daniella Batizaco Parra-PROVOPAR, Nivia
19 Maria Polezer-SMAS-Gerência de Monitoramento, Adriana Fábila Laganini Paschoal-
20 CRAS Norte B, Luana de Souza Carvalho-PROVOPAR/CRAS Oeste B, Silmara Regina
21 Silvestre, Daniela Batizaco Parra-PROVOPAR/CRAS Rural, Séfora Renata Hermeto
22 dos S. Gabão-CRAS Sul A/PROVOPAR, Joana D’Arc Alves-Usuária CRAS Sul,
23 Marcinei Barreiras-estagiária/CRAS Leste, Elisangela Marcelli A. Adun-Diretoria de
24 Licitações/SMGP, Fabio A.G. Campos-Gabinete SMGP, Denise M^a Fank de Almeida-
25 SMAS, Márcia G. de Paiva - EPESMEL. A presidente **Neusa Harumi Tiba** iniciou a
26 reunião dando boas vindas a todos, e apresentando a pauta do dia: **1. Apreciação da**
27 **pauta; 2. Apreciação e aprovação da ata do dia 11/09/2012, 25/09/2012, 09/10/2012;**
28 **3. Diretoria de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social;**
29 **4. Esclarecimento sobre a tramitação do processo licitatório para execução dos**
30 **recursos do fundo pela Secretaria de Gestão Pública; 5. Aditivo PROVOPAR e**

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social de Londrina – CMAS, do dia 23 de outubro de 2012.

31 **ADEFIL; 6. Agenda da Capacitação; 7. Lançamento oficial do Sistema de**
32 **Monitoramento e Avaliação; 8. Definir mesa diretora para o mês de**
33 **dezembro/2012; 9. Relato das Comissões; 10. Palavra aberta – Usuários (as); 11.**
34 **Instancia de Controle Social do Programa Bolsa Família para apresentação de**
35 **seus membros; 12. Informes; 13. Outros.** O primeiro item de pauta foi a apreciação
36 da ata do dia 09 de setembro de 2012, sendo aprovada com as correções e em seguida
37 a apreciação da ata do dia 25 de setembro que foi aprovada sem alterações. Passamos
38 para o próximo item de pauta que trata do conveniamento com a rede de serviços de
39 acolhimento institucional para crianças e adolescentes. A presidente Neusa explica que
40 o assunto pautado tratará sobre a proposta de padronização dos valores a serem
41 repassados para as instituições que prestam atendimento às crianças e adolescentes
42 no serviços de acolhimento infantil, para fins de celebração do aditivo para o próximo
43 ano. Sueli (Lar Anália Franco) argumenta que o Lar Anália Franco foi prejudicado em
44 relação aos valores por meta, se comparado com os outros acolhimentos infantis,
45 justifica que este valor foi inferior por não atenderem a todos os tipos de demanda. A
46 presidente Neusa explica que o Conselho Municipal de Assistência Social tem buscado
47 qualificar da melhor forma os serviços prestados pelas entidades nessa modalidade,
48 mediante repasse de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para fins de
49 atendimento das necessidades do Município. O conselheiro Aurélio Caetano apresenta
50 a proposta de valores e metas para o co-financiamento dos serviços de acolhimento às
51 crianças e adolescentes para o ano de 2013. A Casa de Maria com 35 metas
52 totalizando R\$ 38.220,00 mês. O Lar Anália Franco totalizando 48 metas com mensal
53 de R\$ 52.416,00 mês. O NUSELON com 47 metas totalizando R\$ 51.324,00 mês, todos
54 com o valor de R\$ 1092,00 a meta. O Pão da Vida com 10 metas, totalizando R\$
55 12.584,00 mês, a R\$1.258,40 a meta e 16 metas totalizando R\$ 41.600,00 mês a R\$
56 2.600,00 a meta, devido a complexidade da vulnerabilidade do público atendido, os
57 quais passariam a vigorar em janeiro de 2013. Segundo a conselheira Maria de Fátima
58 a adequação destes recursos foi para rede de serviços e não para a entidade, partindo
59 deste princípio e por acompanhar as discussões neste conselho enquanto entidade
60 entende que havia discrepância dos valores e se fez necessário adequar os valores e
61 mesmo assim, dá para realizar o serviço com qualidade. Solicita que fique registrado
62 em ata, que a entidade não terá mais a mesma liberdade financeira do ano de 2012, e

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social de Londrina – CMAS, do dia 23 de outubro de 2012.

63 que isto não irá representar falta de qualidade. Complementa dizendo que, enquanto
64 serviço, categoria de rede deve ser organizado e apresentado para este conselho o
65 custo real deste serviço até março 2013 sempre primando para a máxima qualidade, e
66 que os valores sejam justos, e apresentando o que precisam para esta modalidade de
67 serviço para 2014. A conselheira Claudia Tavares esclarece que a Casa de Passagem
68 recebe um fluxo maior de encaminhamentos, necessitando realizar um contato intenso
69 com o Conselho Tutelar, Ministério Público e Poder Judiciário, e este serviço demanda
70 custos. A conselheira Maria de Fátima explica que a rotatividade de crianças demanda
71 mais custos, inclusive de vestuário e de higiene. A técnica do monitoramento e
72 avaliação Nívia Polezer expõe que sempre discutiu a qualidade do atendimento na
73 perspectiva da meta – capacidade de atendimento da casa. A conselheira Maria de
74 Fátima complementa: “qualidade de execução do serviço, de estrutura que ofereça um
75 atendimento de qualidade”. Sueli (Lar Anália Franco), pergunta aos presentes se ficou
76 claro a diferença de valores por meta que se encontrava o Lar Anália Franco. A
77 presidente Neusa Tiba explica que este aumento no valor da meta do Lar Anália Franco
78 significa um salto de qualidade para instituição e para as crianças e adolescentes que
79 recebem o atendimento. Passamos para a votação, deliberando pela proposta de
80 redução dos valores das metas do Pão da Vida e aumento dos valores das metas do
81 Lar Anália Franco. Aprovada a proposta, este conselho irá solicitar a formalização do
82 aditivo com essas alterações. Iniciando o próximo item da pauta - **esclarecimento**
83 **sobre a tramitação do processo licitatório para execução dos recursos do Fundo**
84 **Municipal de Assistência Social pela Secretaria de Gestão Pública.** A presidente
85 explica que na reunião da Comissão de Fundo, foi deliberado e encaminhado ofício a
86 Secretaria de Gestão Pública da Prefeitura Municipal de Londrina, convocando o
87 secretário para comparecer a este conselho na data de hoje para prestar
88 esclarecimentos quanto aos processos em curso para fins de execução dos recursos
89 financeiros recebidos por meio de convênio e transferências para ações continuadas
90 do Fundo Nacional de Assistência Social para o Fundo Municipal de Assistência Social,
91 os quais ainda não foram gastos, apesar de terem sido enviados a Secretaria de Gestão
92 Pública vários pedidos de compras e contratações de serviços. A presidente explica que
93 os valores aos quais podem ser devolvidos chegam a aproximadamente R\$ 4 milhões,
94 caso não seja gastos em tempo hábil. O secretário de Gestão Pública justificou sua

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social de Londrina – CMAS, do dia 23 de outubro de 2012.

95 ausência e esta sendo representado nesta reunião por seus Assessor Fábio Campos e
96 da Diretora da Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos Elisangela Arduin, para
97 prestar os esclarecimentos sobre a situação e as possibilidades para execução deste
98 recurso. A conselheira Maria de Fátima realiza a leitura de algumas considerações
99 elencadas pela comissão de fundo aos representantes da Secretaria de Gestão Pública,
100 entre elas o processo de sondagem do terreno cujo objetivo é a construção do Centro
101 POP. Segundo a conselheira Maria de Fátima, foi informado pela Secretaria de
102 Assistência Social que este processo por diversas vezes retornou da Secretaria de
103 Gestão Pública com diferentes questionamentos e até o momento o edital não foi
104 publicado e o Conselho precisa saber o que está acontecendo. O Assessor Fabio
105 Campos esclarece que a Secretaria de Gestão Pública ficou praticamente 60 dias sem
106 assinatura nos processos e decisões, devido aos fatos ocorridos no âmbito
107 administrativos políticos em nossa prefeitura e explica que não podem responder por
108 decisões que são do secretário e do governo. A Diretora Elisangela complementa que
109 um dos prefeitos que tivemos nestes últimos 2 meses ficou em mãos com documentos
110 para serem assinados por 30 dias, depois os devolveu sem assinatura. Fabio da
111 Secretaria de Gestão Pública explica sobre as diferenças de valores de preços, por
112 exemplo: dar três orçamentos, não significa dar referência de preço de mercado, pois
113 podemos ter três orçamentos, um com custo de R\$2,00 reais outro com R\$10,00 e outro
114 com R\$40,00 e que precisa ser definido o preço correto para realizar a compra. Explica
115 que o Decreto nº 52 foi instituído para minimizar o que está previsto na Lei nº 8666/93.
116 A Elizangela informa ao conselho que o Secretário da pasta é responsável pela
117 definição do valor de compra a ser efetuado. A conselheira Maria de Fátima esclarece
118 que a comissão de fundo analisou o procedimento que é realizado pela Secretaria
119 Municipal de Assistência Social, e ficam atentos a execução do serviço. Explica que
120 estes questionamentos foram trazidos para este Conselho com o objetivo de entender
121 esta morosidade no processo. A conselheira Ordália complementa dizendo: “sabemos
122 que todo orçamento para ser válido tem prazo, depois de 60 dias este perde a validade
123 e ai tem que fazer tudo de novo!” O Assessor Fabio Campos da Secretaria de Gestão
124 Pública realiza a seguinte consideração: - “Tanto a Secretaria de Assistência Social
125 quanto a Secretaria de Gestão Pública empenham-se em resolver seus problemas, no
126 entanto não adianta estas secretarias trocarem farpas, pois estas questões não são

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social de Londrina – CMAS, do dia 23 de outubro de 2012.

127 culpa do servidor público e sim problemas administrativos desta Gestão a qual estamos
128 passando nos últimos três meses”. A conselheira Maria de Fátima enfatiza que este
129 conselho tem representações de serviços que são executados no atendimento direto
130 com a população, e quando é identificado que o recurso recebido não foi executado,
131 precisamos realizar as providências necessárias. A nossa preocupação maior, é este
132 vai e vem do processo sem resultados concretos para viabilizar o atendimento a
133 população. Márcia Avalim (Epesmel) pergunta se estas situações ocorrem com outras
134 secretarias? Fábio responde que sim. Márcia pergunta se a Secretária de Assistência
135 Social e o Secretário de Gestão Pública deveriam estar nesta reunião. Fabio responde
136 que eles têm plena noção de tudo que foi realizado em relação aos processos, e estas
137 situações que vem ocorrendo não é culpa dos secretários e sim do processo que vem
138 ocorrendo na prefeitura de Londrina. Elisangela (Secretaria de Gestão Pública) explica
139 que esse “vai e volta” é a construção do processo, cabendo a solicitação de correções
140 ao órgão que esta analisando e o ordenador de despesa tem que escrever, as vezes o
141 que é tão óbvio, mas precisa estar escrito para clarear informações necessárias no
142 processo. O vai e volta dos processos tem que ser encarado de uma forma menos
143 negativa, e ressalta que quem escreve também pode falhar, e as vezes temos dúvidas
144 e não entendemos as informações recebidas, os erros podem ocorrer, pois já
145 aconteceram e por isso o que sempre falam é que o vai e vem é positivo e não negativo.
146 A conselheira Maria de Fátima fala sobre a preocupação quanto ao risco de ter que
147 devolver esses recursos que estamos recebendo, pois estamos sendo questionados
148 sobre os valores não executados já a algum tempo pelo Ministério do Desenvolvimento
149 Social e Combate a Fome. Elisangela ressalta que esta devolução é muito pior quando
150 os orçamentos estão errados, e recai a responsabilidade sobre o Município e ao
151 servidor por não ter visto os erros e por isso, é tomado cuidado triplicado para não
152 cometer os mesmos erros, como aconteceu no caso dos uniformes. Estão redobrando
153 os cuidados para não devolver recurso gasto errado, são sensíveis a não devolução de
154 recurso. A conselheira Michele pergunta sobre os prazos da instituição CEDEPS, pois o
155 processo foi encaminhando em abril e tivemos a resposta 12 horas antes do inicio do
156 curso, em agosto de 2012. Elisangela explica que o CNPJ da instituição trazia muitas
157 dúvidas em relação à atividade proposta da instituição, pois a área de atuação desta
158 instituição era muito ampla, o que colocaria em dúvida sua real função para o processo

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social de Londrina – CMAS, do dia 23 de outubro de 2012.

159 de licitação por notório saber. A conselheira Michele fala que não estamos questionando
160 a instituição ou a análise da Secretaria de Gestão Pública, e sim o fato do processo ter
161 sido encerrado com a negativa 12 horas antes da data marcada para o início do curso.
162 Elisangela atribui este fato a vários fatores, entre eles a decisão dos secretários.
163 Assessor Fábio Campos informa que o Pregão demora 105 dias e a Diretora Elizangela
164 ressalta que a Saúde, Educação e Assistência Social são maiores e precisam dar
165 andamento, mas não tem prazo e condições para execução e solicita que haja
166 priorização das solicitações. Complementa ainda que o Governo não autorizou a
167 prosseguimento dos processos no prazo de 30 dias para que estes sejam analisados
168 pelo Comitê para tomar as decisões. Esse comitê é formado por representantes da
169 Controladoria, Secretaria de Governo, Secretaria de Gestão Pública, Secretaria de
170 Planejamento, Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação e tem a previsão de
171 reunião semanal. Ressalta que os processos foram interrompidos no dia 02 de agosto
172 quando o secretário de Governo solicitou todos os processos por 30 dias e depois ficou
173 mais 15 dias parados. A conselheira Maria de Fátima fala que a comissão de fundo
174 delibera sobre os recursos financeiros, e, quem não entende o que esta acontecendo
175 cobra desta comissão maior fiscalização sobre a execução financeira, e diante do que
176 está acontecendo a comissão de fundo tem dúvida sobre os trâmites que envolvam os
177 processos na Secretaria de Gestão Pública. Elisangela sugere que a Secretaria de
178 Assistência Social apresente suas prioridades dentre todos os processos já
179 encaminhados a Secretaria de Gestão Pública, pois será impossível dar conta de todos
180 os processos até o final do ano. O Assessor Fábio Campos complementa dizendo que:
181 “o que entrar hoje não será executado no ano de 2012”. A conselheira Maria de Fátima
182 pergunta se é possível realizar a empregabilidade do recurso no valor de R\$400.000,00
183 mil destinado a construção do Centro POP diante da não contratação do serviço de
184 sondagem do terreno. A presidente Neusa relembra que este conselho aprovou a
185 execução do recurso de 400 mil para construção do Centro POP. A contratação do
186 serviço de sondagem era para análise do terreno indicado para realizar a construção
187 uma vez que no local tem uma construção muito antiga, com problemas de fossa e, o
188 IPUL solicitou a realização da sondagem antes de fazer o projeto arquitetônico e a
189 contratação dos projetos complementares, na época que fizemos o aceite do recurso.
190 Explica ainda que para garantirmos a vinda deste recurso temos que encaminhar os

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social de Londrina – CMAS, do dia 23 de outubro de 2012.

191 projetos do terreno e informar no Sistema denominado SICONV, o valor a ser gasto na
192 obra, caso contrário o recurso não virá. A dúvida do Conselho é se o serviço será
193 realizado em tempo hábil para garantir o recebimento do recurso ou será necessário
194 buscar recursos em outra fonte, o serviço precisa ser implantado conforme previsto na
195 normatização em vigência. Se perdermos este recurso o Município vai repor o recurso
196 na fonte 1000 para viabilizar a construção dessa unidade? Elisangela e Fábio explicam
197 que a primeira coisa a ser vista é se este projeto vai ou não ser aprovado pelo comitê
198 revisor da prefeitura, mas que não é atribuição da Secretária de Gestão decidir se este
199 projeto é prioridade da Secretaria de Assistência Social. A presidente Neusa informa
200 que toda solicitação que a Secretaria de Assistência Social encaminha para compra ou
201 contratação deve ser priorizado pelo comitê revisor, por tratar-se de recursos externos e
202 não estão no processo de contingenciamento. Além disso, esses recursos tem prazo
203 para execução e prestação de contas definidos pelos respectivos órgãos que efetuam o
204 repasse destes recursos e, caso não sejam executados, o recurso será ser devolvido,
205 conforme decisão do órgão financiador. Fabio diz que não teremos os projetos para
206 esse ano. Neusa coloca que teremos que ir a Câmara de Vereadores no próximo ano
207 para providenciarmos a devolução desses recursos e qual justificativa será utilizado
208 para fundamentar os fatos que estão gerando tal procedimento. O Assessor Fábio
209 Campos Fabio explica que é decisão de governo e é de conhecimento de todos os
210 secretários, e ressalta que os Secretários Municipais tem a incumbência de saber o que
211 se vai fazer. Complementa dizendo que o mês de agosto foi para entender os
212 processos, depois ficaram 17 dias sem assinatura destes, pois não tinha autoridade
213 para fazê-lo, logo após foi criado o comitê para que decidissem sobre as prioridades de
214 governo e, para isso eles terão 30 dias para analisar tudo. Explica que nenhum dos
215 secretários tem responsabilidade sobre o que esta acontecendo. A conselheira Maria de
216 Fátima pede que estas justificativas sejam constadas em ata. Fabio da Secretaria de
217 Gestão Pública fala que isto não é justificativa e sim esclarecimentos. O mesmo
218 esclarece que caso a Secretaria de Assistencial Social ou este conselho necessitem de
219 justificativas, estas deverão ser solicitadas por escrito, e serão encaminhadas com
220 parecer dos técnicos da Secretaria de Gestão Pública, com todos os pontos solicitados
221 e datas. A conselheira Maria de Fátima fala sobre a proposta do processo de
222 manutenção da frota, cancelamento do contrato de divisórias, entre outros, “temos

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social de Londrina – CMAS, do dia 23 de outubro de 2012.

223 acompanhado e deliberado pela aprovação das prestações de contas da execução
224 orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social e vem sendo
225 constatado que a execução financeira não estão acontecendo, conforme prazo previsto.
226 Além do que a comissão de fundo já apontou outra solicitação que nos preocupa é a
227 manutenção de frotas de da Secretaria Municipal de Assistência Social, pois há
228 aproximadamente 30 veículos parados aguardando reparos e os CRAS não podem
229 agilizar os atendimentos nos territórios. Fabio solicita que este conselho faça os
230 apontamentos dos processos para que a Secretaria de Gestão Pública possa esclarecer
231 as dúvidas por escrito. Maria de Fátima propõe que este conselho encaminhe ofício
232 solicitando os esclarecimentos sobre tudo que não conseguimos entender, tendo em
233 vista que a nossa preocupação é a garantia da execução dos serviços, e contribuir para
234 encontrar uma forma de viabilizar que estes processos possam fluir de forma positiva
235 para atender a necessidade da população que é de responsabilidade deste conselho. A
236 conselheira ressalta que o “nosso objetivo é conhecer de fato o que acontece para não
237 ficarmos no censo comum sem saber a causa do que esta acontecendo, pois isso afeta
238 de fato o nosso trabalho”. O Assessor Fábio Campos explica que quando se tem
239 recurso do Fundo, é necessário saber quanto, quais as ações e quando vence, isso é
240 importante estar bem conexos, e complementa dizendo que: “quando está dentro de um
241 convênio, de um plano de trabalho, é diferente, mas quando isto não está claro, precisa
242 ser informado”. A conselheira Ordália pontua que a partir do momento que ocorre a
243 deliberação sobre a destinação de um recurso neste conselho, pressupõe que vai para
244 acontecer. Fabio se propõe a trazer terminologia, para entendermos o que é, e quanto
245 tempo demora um processo licitatório. Ordália constata que pressionamos a Gerente de
246 Controle Orçamentário da Secretaria de Assistência Social Sissy, do porque não
247 aconteceram várias compras, no entanto os problemas ocorrem nos procedimentos que
248 dependem de outra Secretaria. Fabio esclarece que a partir do momento que tivermos
249 clareza dos prazos, esta expectativa irá diminuir. A conselheira Ordaria ressalta que
250 recebemos recursos financeiros do Governo Federal e temos que nos atentar para que
251 as coisas aconteçam, pois a população precisa do atendimento. Fabio acrescenta que a
252 Secretaria de Gestão Pública pode estar colaborando caso seja de interesse deste
253 conselho para os procedimentos para o próximo ano e, se dispõe a discutir para o ano
254 de 2013, para planejar projeto por projeto, processo por processo, pois para este ano,

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social de Londrina – CMAS, do dia 23 de outubro de 2012.

255 temos até o dia 20 de dezembro para licitar os processos relativos ao ano de 2012, ou
256 seja, menos de 60 dias. A presidente Neusa pontua sobre o adesivamento dos veículos
257 adquiridos com recurso de convênio. Explica que o veículo deve ser identificado para
258 que seja utilizado no serviço para qual foi previsto no momento da captação do recurso,
259 devendo o município ao adquiri-lo, identificá-lo, conforme exigência do convênio. Isso
260 significa que caso o órgão fiscalizador identifique que este esteja sendo utilizado de
261 forma irregular, não atendendo a finalidade, poderá ocorrer a devolução do recurso.
262 Para os casos em que está previsto no convênio a cláusula de obrigatoriedade da
263 identificação conforme texto especificado e não atender o previsto no Termo de
264 Convênio, o Conselho não poderá emitir o Termo de Cumprimento do Objeto podendo
265 correr o risco de devolver o recurso financeiro. Fabio explica que deve ser feito um
266 processo específico para os 28 carros para que não corramos o risco de devolver
267 recurso e sugere que seja solicitado a contratação de adesivamento dos demais
268 veículos separadamente, pois há casos em que ocorrerá a substituição de parte dos
269 adesivos. Regina (MEPROVI) sugere que seja marcada uma reunião para os
270 esclarecimentos das dúvidas. A presidente Neusa sugere que, diante desta situação e
271 dos apontamentos realizados, seja definido uma pessoa que seja referência na
272 Secretaria Municipal de Gestão Pública para fins de esclarecimento das dúvidas e
273 agilização dos encaminhamentos. O Assessor Fábio Campos explica que a Elisangela da
274 Secretaria de Gestão Pública ficará como referência para os processos em andamento
275 no exercício de 2012 e para os processos de 2013 ficará como referência o Assessor
276 Fábio Campos. A presidente Neusa lembra que o prazo para empenho no exercício de
277 2012, conforme a orientação da Controladoria Geral do Município é até o dia 10 de
278 dezembro, e que diante dos 48 dias que temos para concluir os processos, torna-se
279 difícil a realização dos procedimentos necessários em tempo hábil. O Assessor Fábio
280 Campos faz a sugestão dizendo que é necessário começar a trabalhar 2013 agora e se
281 dispõe a ajudar no planejamento da execução para cada objeto. A presidente Neusa
282 pergunta quanto custa um processo licitatório e quanto custa uma publicação do
283 respectivo edital. Elisangela responde que se for recurso federal é mais caro, pois tem
284 todo o trabalho do servidor envolvido, não tem um valor específico para nos passar.
285 Quanto à publicação explica que é de aproximadamente R\$300,00 reais e é pago com
286 recursos próprios – fonte 1000. A presidente Neusa pergunta aos conselheiros se

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social de Londrina – CMAS, do dia 23 de outubro de 2012.

287 entenderam toda situação em discussão e, se ficou claro que o prazo para os
288 processos finalizarem para gastar o recurso em 2012 é quase impossível e isto será
289 identificado na prestação de contas que irá ocorrer no mês de novembro. Ressalta que
290 a situação não é nada positiva diante do que foi dito e, cabe a este conselho realizar os
291 encaminhamentos necessários. Fica deliberado que o conselho encaminhará ofício
292 solicitando o esclarecimento das muitas dúvidas que devem ser sanadas. Passamos
293 para o próximo ponto de pauta que refere-se ao aditivo com a Provopar e Adefil, que
294 será apresentado no momento do relato da Comissão de Fundo. Próximo ponto de
295 pauta: Agenda de capacitação. Foi agendando para o dia 23 de novembro o segundo
296 encontro do evento que este conselho está promovendo em parceria com a Secretaria
297 de Assistência Social, com o tema “Percurso Histórico do Controle Social na Política de
298 assistência Social”. O convite é estendido aos trabalhadores da rede sócioassistencial
299 (governamental e não governamental) e conselheiros do CMAS, CMDCA e Conselho
300 Tutelar. O local do encontro será na Igreja São Vicente de Paula das 8:00 as 17:00hs. O
301 convite para este evento foi encaminhando por email por este conselho e, no email
302 constam a ficha de inscrição e as informações do evento. A presidente Neusa ressalta a
303 importância de todos estarem participando do evento, pois no ano que vem poderá não
304 estar no CMAS, bem como na Diretora de Gestão Administrativa e Financeira da SMAS,
305 por razões pessoais, e os conselheiros que ficarão devem conduzir todos os trabalhos
306 que são de responsabilidade deste conselho. Para contribuir nesse processo, estamos
307 realizando essa capacitação, para aprimorar o conhecimento com vistas a acompanhar
308 e fiscalizar e deliberar, ou seja fazer o Controle Social no âmbito da Política Pública de
309 Assistência Social. Próximo ponto de pauta: Lançamento Oficial do Sistema de
310 Monitoramento e Avaliação. A presidente Neusa informa que o Sistema Municipal de
311 Monitoramento e Avaliação será disponibilizado no site da prefeitura para que todos
312 possam conhecer, acompanhar, e fundamentar os procedimentos do CMAS e da rede
313 sócioassistencial para a execução correta do serviço. A conselheira Cirlene Maria
314 Ferreira Fonseca informa que após aprovação pelo CMAS, foi solicitado a correção
315 gramatical deste material para um professor da Universidade Estadual de Londrina que
316 gentilmente realizou esta correção uma vez que não temos este serviço na Prefeitura de
317 Londrina. A capa e a diagramação também foram realizados via colaboração de um
318 profissional que gentilmente realizou o trabalho. Complementa dizendo que a idéia é

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social de Londrina – CMAS, do dia 23 de outubro de 2012.

319 anexar a resolução de aprovação deste documento e o modelo de relatório mensal na
320 rede. Próximo ponto de pauta, definir nova mesa diretora para o mês de dezembro de
321 2012. A presidente Neusa explica que a elaboração da ata é uma tarefa que necessita
322 atenção e a documentação de dados debatidos e deliberados nesse conselho, para que
323 outros compreendam o que aconteceu na reunião. Fala sobre a dificuldade da primeira
324 secretária Ilis que não está no momento, mas tem se ausentado das reuniões. Maria de
325 Fátima informa que ficará interinamente no mês de dezembro como presidente, pois no
326 início do ano pode haver mudanças na representação governamental. Em janeiro não
327 teremos reunião e em fevereiro devemos estar com a nova composição deste conselho
328 e deverá ser definido quem será o novo presidente. A conselheira Maria de Fátima
329 estará como referência na presidência no mês de janeiro. Ficaré em pendência a
330 definição quanto a Secretária, e sugere que a sociedade civil faça consulta a primeira
331 secretária Ilis Flávia sobre a sua permanência na mesa diretora, principalmente no que
332 se refere a atribuição de elaborar a ata e a respectiva dificuldade. Edinadi fala que esta
333 incomodada com a posição deste conselho, o qual decidiu votar na primeira secretaria
334 não governamental, e a Ilis se prontificou, e foi aceito, “nós votamos nela, e tínhamos
335 conhecimento que ela iria ter dificuldade, hoje ela não esta aqui”. Outro questionamento
336 realizado por Edinadi é sobre qual a pauta iremos ter no mês de dezembro. Neusa
337 explica que as pautas são elaboradas pela mesa diretora conforme a solicitação que
338 chega até o CMAS até última quinta feira antes da reunião do conselho. Neusa
339 pergunta se alguém da sociedade civil se dispõe a secretariar este conselho e não
340 houve manifestação dos presentes. A presidente Neusa esclarece que ser conselheiro
341 significa trabalho, ou seja, não basta estar presente na hora da reunião.,Por ser este
342 um espaço de expressão da sociedade civil, o(a)s conselheiro(a)s devem se envolver
343 nas discussões, pesquisas, visitas e outras atividades de atribuição das diversas
344 comissões de trabalho. O Sr.Almezino Alves de Souza,.representante dos usuários
345 pondera que a pessoa tem que ter capacidade e vontade. Neusa fala que todos tem
346 muitos compromissos, porém uma vez que aceitamos ser conselheiro(a)s temos que ter
347 a responsabilidade e compromisso para cumprir com as tarefas que devemos realizar,
348 pois a população que precisa do atendimento da Política de Assistência Social depende
349 do que fazemos e decidimos aqui. Portanto, o(a) conselheiro(a) chegar atrasado(a) e
350 assinar a lista de presença no dia da reunião e sair antes de finalizar a pauta. É preciso

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social de Londrina – CMAS, do dia 23 de outubro de 2012.

351 que o(a)s conselheiro(a)s se preparem para assumir os trabalhos da mesa diretora. A
352 presidente Neusa pergunta quem irá assumir a elaboração das atas no lugar da
353 conselheira Ilis e principalmente da segunda secretária Michele no mês de novembro,
354 uma vez que esta última está desligando do CMAS a partir do dia 1º de novembro..
355 Nívia fala que assuntos sérios são colocados aqui, pensa que primeiro devemos fazer
356 um trabalho de transição, pois tem escutado algumas queixas. Ela entende que isso
357 deve ser levado para a pasta da secretaria onde deve ser feito uma discussão interna,
358 pois temos que avaliar quem vai dar continuidade, um segundo ponto é a sociedade
359 civil, a sugestão é que não se tire daqui a toque de caixa a decisão sobre essa questão.
360 Enquanto servidora entende que é necessário realizar uma discussão, fazer um
361 processo de reflexão, temos que nos organizar. A presidente Neusa explica que essa
362 situação não apontado somente hoje mas, já temos apresentado essa situação em
363 várias reuniões e temos que fazer um encaminhamento a respeito. Ressalta que
364 historicamente quando se fala em partilha de dinheiro a plenária deste conselho fica
365 lotado. Pondera que estamos falando de análise, de documentação, de
366 desdobramentos e procedimentos sobre as deliberações do conselho, além da partilha
367 do recurso financeiro, que exige um controle social efetivo. Marcia Valin, sugere que
368 na capacitação que será realizada no dia 30 de outubro, se discuta esta questão e, que,
369 no evento encaminhe decisões, com o objetivo da sociedade civil se posicionar. Maria
370 de Fátima relata que, levando em consideração o controle social, pede desculpas, pois
371 reconhece o trabalho de todos, principalmente dos CRAS, acredita que a sociedade civil
372 esta aqui de fato para fazer a representação, defendendo o serviço, a política,
373 “cobramos o poder público, mas muitas vezes queremos fazer o controle social, sem
374 falar, sem se posicionar, e quando trazemos para o CMAS assuntos que não
375 dominamos é muito chato, infelizmente ouvimos dentro deste conselho várias falas que
376 dizem: “se não tem a ver com o meu serviço eu não vou”. Estamos a um passo de ter
377 uma renovação do poder público, teremos uma nova secretária, e o que podemos fazer
378 para este conselho se mobilizar? De fato várias pessoas da sociedade civil não estão
379 preparadas, devemos inserir o usuário neste contexto, mas para os conselheiros
380 realizarem mudanças, não podemos deixar isso ser uma política de governo”. Fala que
381 não quer ficar na presidência deste conselho, pois não sente apoio da sociedade civil,
382 se colocou a disposição para trabalhar, complementa dizendo que nem sempre temos

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social de Londrina – CMAS, do dia 23 de outubro de 2012.

383 resultados positivos, mas quando conseguimos fazer uma política bem organizada
384 conseguimos colher frutos, temos que ter comprometimento em prol da política e não da
385 entidade, e não é a primeira vez que passamos por isso, às vezes para compor uma
386 comissão não temos conselheiros para participar. Precisamos refletir, sentar e discutir
387 que trajetória queremos para o município de Londrina. A presidente Neusa fala que,
388 para a próxima reunião não teremos ninguém para fazer a ata. Esta semana foi
389 encaminhada para o prefeito a substituição dos membros que não estão participando da
390 reunião das outras secretarias, complementa dizendo que no dia 30, na capacitação
391 poderá utilizar uma parte do horário para discutir sobre isso, mas não é reunião para
392 votar a mesa diretora, é preciso lembrar que o objetivo do evento é a capacitação. No
393 dia 13 de novembro se fará uma nova eleição da mesa diretora. Próximo ponto de
394 pauta, relato das comissões Comissão de fundo : O conselheiro Aurélio realiza o relato
395 da Comissão de Fundo: a) solicitação de remanejamento de recursos dos convênios do
396 PROVOPAR e do FMAS, para adequação dos valores dos convênios do serviço
397 sociofamiliar. Ana Lúcia (PROVOPAR) defende o remanejamento dos recursos de
398 outros convênios do próprio PROVOPAR para adequação do convênio socioafamiliar
399 hoje executados através do PROVOPAR e da instituição ADEFIL, pois as mesmas
400 estão com déficit de R\$86.000,00 e R\$45.000,00 reais, respectivamente, para fechar o
401 ano de 2012., que foi aprovado pela plenária. Marcia Valim retoma a necessidade de
402 controle efetivo deste conselho. A presidente Neusa explica a necessidade de realizar o
403 processo desta forma para não ocasionar prejuízo para população atendida. b) Com
404 relação ao aditivo dos convênios com ADEFIL e PROVOPAR para continuidade do
405 atendimento às famílias dos territórios que não estão coberto ainda pelos CRAS
406 Municipalizados, as respectivas instituições apresentaram a proposta de aditivo até
407 setembro de 2013, por não ter recursos suficientes para pagamento de despesas
408 referentes a 12 meses. Caso o município não consiga efetuar a municipalização desses
409 CRAS com pessoal concursado o CMAS e a SMAS deverá decidir se adjetivará os
410 restantes dos três meses e sendo assim qual recurso será utilizado para o pagamento
411 desta despesa. Aprovado o Aditivo para 9 meses com a PROVOPAR e ADEFIL para
412 2013. Relato da Comissão de Cadastro: a conselheira Denise Motter informa que
413 ADEFIL ainda precisa entregar um documento em pendência; a PROVOPAR já
414 apresentou todas as documentações para a modalidade de atendimento sócio familiar

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social de Londrina – CMAS, do dia 23 de outubro de 2012.

415 e sócio educativo e o parecer é pela aprovação da inscrição, sendo aprovado pelo
416 CMAS. Quanto a oficina complementar aos adolescentes atendidos no serviço de
417 cumprimento de medidas socioeducativas executada pelo PROVOPAR precisa ser
418 discutido, a partir das propostas levantadas pela Comissão de Inscrição de Cadastro
419 para posterior deliberação no dia 13 de novembro. Márcia Valim ressalta que as oficinas
420 não é um serviço de convivência mas são oficinas, além disso, deve ser revisto a
421 resolução 44 da apresentação anual e do plano de ação que vem na sequência, rever
422 para constar corretamente a questão dos prazos e propõe que a comissão faça a
423 revisão desta resolução. Quanto a Alia na modalidade de garantia e defesa de Direitos,
424 a comissão apresenta parecer favorável a a aprovação da inscrição, sendo aprovado
425 pelo CMAS. Quanto a Associação Missionária Santa Ana e Irmãs de Betânia, foi
426 realizado visita pela comissão, sendo que esta se caracteriza pelo Serviço de
427 Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no entanto, o serviço prestado não se
428 enquadra na Tipificação Nacional e no Sistema Municipal de Monitoramento e Avaliação
429 e para ser inscrito no CMAS. Neste sentido, a Comissão elaborou Ofício descrevendo
430 as adequações de acordo com as normativas constantes. No que se refere a Núcleo
431 Espírita Irmã Scheila, a comissão emite o parecer favorável para manter a inscrição até
432 31 de dezembro de 2012 na modalidade de Qualificação Profissional para
433 Adolescentes, sendo aprovado pelo CMAS. Quanto a LBV há pendências de
434 documentação, foi realizada reunião com a Gerência administrativa da Entidade
435 indicando a documentação a ser reformulada e também indicada a necessidade de
436 realização da visita no serviço. A comissão de acompanhamento está com visitas
437 paradas pois não da para realizar vistas apenas com dois conselheiros governamentais,
438 foi necessário aguardar o retorno da Conselheira Viviane, a qual esta retornando hoje.
439 O conselheiro Aurélio explica sobre a validade da inscrição das entidades, que a partir
440 da Resolução do CNAS n 16 determina que seja por tempo indeterminado, a inscrição
441 será validada a partir do encaminhamento dos relatórios anuais e plano de Ação até 30
442 de abril de cada ano, após análise do CMAS. Denise Fank explica que esta emissão
443 anula de inscrição influenciará a decisão de isenção no IPTU para as Entidades.
444 Comissão de acompanhamento: informa que a comissão se reuniu duas vezes sendo
445 no dia 17/10 e 22/10 e foi encaminhado ofícios para a Instituição faça uma criança
446 Feliz e para a Secretaria Municipal de Assistência Social (unidade do Viva Vida João

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social de Londrina – CMAS, do dia 23 de outubro de 2012.

447 Turquino e CREAS III), solicitando providências para adequação das unidades visitadas
448 pela comissão. Palavra aberta ninguém se manifestou. Próximo item de pauta,
449 Instância de Controle, Lorraine traz a informação que o único nome que esta faltando
450 para compor a Instância de Controle é do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e
451 do Adolescente, Denise Fank informa que a resolução que indica a representação do
452 CMDCA foi deixada no malote da Gerência de Transferência de Renda na SMAS.
453 Devido a mudança de endereço desta Gerência, Lorraine relata que não conseguiram
454 ter acesso ao malote. A secretária executiva Denise irá encaminhar por email as
455 informações sobre a composição dos membros da Instância de Controle. Fica como
456 encaminhamento para próxima reunião que a Lorraine apresente os membros da
457 Instância de Controle Social. Neusa faz os informes: 1-Ofício 213/2012- CMAS- Solicita
458 presença do representante da SMGP para esclarecimentos, 2-Ofício 106/CEAS/PR-
459 Resposta ao Ofício 184/2012-CMAS; 3-Convite “Mostra de Projetos” dia 19/10/12-
460 EPESMEL; 4-Convite Plano de Capacitação dos trabalhadores, usuários e conselheiros
461 do CMAS e CMDCA, dia 23/11/12-“Percurso Histórico do Controle Social na Política de
462 Assistência Social no Brasil”. Encerrada a discussão da pauta as 12:30 horas, nada
463 mais a tratar, Simoni Michele de Oliveira Schibelsky e Neusa Harumi Tiba lavramos a
464 presente ata que deverá ser submetida à aprovação da plenária